

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS SOCIAIS E AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS
(AGROECOLOGIA)**

**ORGANIZAÇÃO DE CONTROLE SOCIAL NO
DESENVOLVIMENTO DAS MULTIPLAS FUNÇÕES DO
MEIO RURAL: O CASO DA ECOSUL**

STÉFANO SENDTKO

**BANANEIRAS – PB
2020**

STÉFANO SENDTKO

**ORGANIZAÇÃO DE CONTROLE SOCIAL NO
DESENVOLVIMENTO DAS MULTIPLAS FUNÇÕES DO MEIO
RURAL: O CASO DA ECOSUL**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Ciências Agrárias (Agroecologia) do
Centro de Ciências Humanas Sociais
e Agrárias da Universidade Federal
da Paraíba, como parte das
exigências para obtenção do título de
Mestre em Ciências Agrárias
(Agroecologia).

Mestrando: Stéfano Sendtko

Orientador: Professor Fillipe Silveira Marini

BANANEIRAS – PB

2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S474o Sendtko, Stéfano.

Organização de Controle Social no desenvolvimento das
múltiplas funções do meio rural: O caso da ECOSUL /
Stéfano Sendtko. - João Pessoa, 2020.
49 f. : il.

Orientação: Fillipe Silveira Marini.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHSA.

1. Agricultura Familiar. 2. Multifuncionalidade
Agrícola. 3. Agroecologia. 4. Paraíba. I. Marini,
Fillipe Silveira. II. Título.

UFPB/CCHSA-BANANEIRAS

CDU 63

STÉFANO SENDTKO

**ORGANIZAÇÃO DE CONTROLE SOCIAL NO
DESENVOLVIMENTO DAS MULTIPLAS FUNÇÕES DO MEIO
RURAL: O CASO DA ECOSUL**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Ciências Agrárias (Agroecologia) do
Centro de Ciências Humanas Sociais
e Agrárias da Universidade Federal
da Paraíba, como parte das
exigências para obtenção do título de
Mestre em Ciências Agrárias
(Agroecologia).

Aprovada em

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Fillipe Silveira Marini CCHSA/UFPB
Orientador

Prof. Dr. Carlos Antônio Belarmino Alves - UEPB
Examinador

“Prof. Dr. Manoel Alexandre Diniz Neto - CCHSA/UFPB
Examinador

Stéfano Sendtko¹

¹ Programa de Pós Graduação em Ciências Agrárias (Agroecologia). Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA). Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Contato: stefano.sendtko@yahoo.com; Dr Fillipe Silveira Marini (orientador)

RESUMO

O olhar sobre o meio rural vem sofrendo transformações, e novas perspectivas surgem com o objetivo de melhor compreendê-lo, e assim sintetizar políticas condizentes com realidades singulares, buscando um desenvolvimento rural inclusivo e sustentável. Uma visão ampla do meio rural que engloba questões produtivas, econômicas, ambientais, sociais e culturais é o ponto central da Multifuncionalidade Agrícola (MFA), campo de estudo que busca elucidar outras “funções” do meio rural que vão além da produção de alimentos. Com objetivo de compreender as dinâmicas internas e externas de famílias agricultoras que fazem parte de uma Organização de Controle Social (OCS) pela perspectiva da MFA, essa pesquisa analisou a OCS Ecosul, localizada no assentamento APASA, município de Pitimbu-PB. Através ferramentas com metodologias participativas, como o Diagnóstico Rural Participativo (DRP), diagrama histórico, entrevistas semi estruturadas, e visitas guiadas, foi possível observar que a OCS possibilitou a abertura de novos mercados, contribuindo no fortalecimento econômico do grupo e garantindo a manutenção do tecido social, incentivou a preservação das matas e garantiu a não utilização de agrotóxicos, contemplando questões relacionadas a biodiversidade. Paralelamente a isso, foi observada uma baixa cooperação entre os membros da OCS em questões que vão além “certificação” e comercialização, fato gerador de carências em diversos aspectos.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Agroecologia; Multifuncionalidade Agrícola; Paraíba; Sustentabilidade

ABSTRACT

The view on the rural environment has undergone transformations, and new perspectives are emerging with the objective of better understanding it, and thus synthesizing policies consistent with singular realities, seeking an inclusive and sustainable rural development. A broad view of the rural environment that encompasses productive, economic, environmental, social and cultural issues is the central point of Agricultural Multifunctionality (MFA), a field of study that seeks to elucidate other “functions” of the rural environment that go beyond food production. In order to understand the internal and external dynamics of farming families that are part of a Social Control Organization (OCS) from the perspective of the MFA, this research analyzed OCS Ecosul, located in the APASA settlement, in the municipality of Pitimbu-PB. Through tools with participatory methodologies, such as the Participative Rural Diagnosis (DRP), historical diagram, semi-structured interviews, and guided visits, it was possible to observe that OCS enabled the opening of new markets, contributing to the economic strengthening of the group and ensuring the maintenance of the social fabric, encouraged the preservation of forests and guaranteed the non-use of pesticides, contemplating issues related to biodiversity. At the same time, there was a low level of cooperation among OCS members on issues that go beyond “certification” and commercialization, which generates deficiencies in several aspects.

Keywords: Family Agriculture; Agroecology; Agricultural multifunctionality; Paraíba; Sustainability

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	11
2.1 Multifuncionalidade Agrícola.....	11
2.2 Agroecologia.....	14
2.3 Organização de Controle Social.....	17
2.4 Diagnóstico Rural Participativo.....	20
3. MATERIAL E MÉTODOS.....	22
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	24
4.1 Diagrama Histórico.....	24
4.2 Entrevistas.....	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	38

LISTA DE SIGLAS

ASA - Articulação do Semiárido
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
CIAPO - Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
CNAPO - Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CNPO - Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos
COPAVI - Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CTE - Contrato Territorial de Estabelecimento
DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf
DH - Diagrama Histórico
DOC - Denominação de Origem Controlada
DRP - Diagnóstico Rural Participativo
ECOSUL - Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Litoral Sul
Paraibano
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FGV - Fundação Getúlio Vargas
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MA - Ministério da Agricultura
MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MFA - Multifuncionalidade Agrícola
MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OCS - Organização de Controle Social
ONG - Organização Não Governamental
OPAC - Organismo Participativo de Avaliação das Conformidades
P1MC Programa Um Milhão de Cisternas
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
UEMA - Universidade Estadual do Maranhão
UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco

1. INTRODUÇÃO

No decorrer da história humana, diversas revoluções aconteceram, desde o polimento da pedra (cerca de 12 mil anos). Esse período, conhecido como Período Neolítico, marcou a última fase da pré-história e contribuiu para o desenvolvimento da agricultura (MAZOYER e ROUDART, 2010).

A palavra “revolução” carrega em seu significado a ideia da realização de mudanças radicais (MICHAELIS, 2019). Assim, as diversas revoluções na história da humanidade, causaram impactos profundos, que por um lado trouxeram enormes benefícios, tais como: aumento da expectativa de vida, facilidade na locomoção e comunicação, aumento da produção e produtividade agrícola, porém, simultaneamente, contribuíram na construção de uma sociedade com imensas desigualdades sociais.

Segundo pesquisa desenvolvido na Oxfam, em 2015, as 62 pessoas mais ricas do mundo acumularam o mesmo que os 50% mais pobres (3,6 bilhões de pessoas). No Brasil não é diferente, o Fundação Getúlio Vargas (FGV) publicou em agosto de 2019 uma pesquisa que mostra a crescente desigualdade de renda domiciliar no Brasil, de 2014 até o segundo semestre de 2019, a renda dos 50% mais pobres da população caiu 17% e a dos 1% mais ricos cresceu em 10%, mostrando que em poucos anos o país passou de um “crescimento inclusivo a uma recessão excludente” (NERI, 2019).

O quadro de desigualdades nacional está relacionado a diversos fatores, como: educação, infraestrutura, contrastes entre regiões e setores. Segundo Hoffman e Ney, (2003), em 2001, das desigualdades intersetoriais o rendimento médio obtido por trabalhadores ocupados no setor agrícola foi de R\$ 300,50; na indústria de R\$ 580,00; e nos serviços R\$ 646,30. Além da menor renda média obtida por trabalhadores do setor primário, existe uma grande disparidade na apropriação da renda, sendo que a fração mais rica desse setor (1% do total) obteve 18,7% e os 50% mais pobres obtiveram apenas 16,3% do total. A pesquisa ainda conclui que os principais fatores determinantes na desigualdade de renda no meio rural brasileiro são: o tamanho das propriedades, a posição do trabalhador (que é diferente do setor industrial, por exemplo na agricultura o empregador geralmente é também o proprietário da terra) e o nível educacional.

Seguindo essa linha de pesquisa, porém com dados mais recentes, Alves, Souza e Rocha (2013), concluem que, atualmente, o acesso à tecnologia é o principal responsável

pela concentração da renda bruta total. Os pesquisadores afirmam a importância da concentração fundiária nas desigualdades do campo, porém não mais de forma hegemônica.

A agricultura familiar é aquela realizada em uma determinada escala e por membros de uma família e/ou agregados¹. O Censo Agropecuário realizado em 2006 (IBGE, 2006), mostrou que a agricultura familiar é responsável por grande parte do alimento que chega à mesa do brasileiro diariamente (cerca de 70% da produção nacional), chegando a aproximadamente, 87% da mandioca, 70% do feijão, 38% do café, 34% do arroz e 58% do leite da produção total. Nesse levantamento foram identificados 4.367.902 estabelecimentos familiares, o que corresponde a 84,4% do total de estabelecimentos nacional. Essas propriedades ocupam apenas 24,3% do total da área agricultável do país (cerca de 80,25 milhões de hectares). Além disso, em relação a geração de postos de trabalho, o Censo mostrou que esse setor emprega cerca de 9 vezes mais pessoas, quando comparado a agricultura não familiar, sendo responsável por 38% do valor total bruto da produção nacional.

Dessa forma pela primeira vez na história brasileira, o Censo 2006 trouxe dados coerentes e reais a respeito da agricultura familiar nacional², contribuindo para uma melhor caracterização de um setor social de extrema importância para o desenvolvimento nacional. Esse apresentou dados que corroboram com conceito de múltiplas funções do meio rural, concepção trabalhada na Multifuncionalidade Agrícola (MFA).

A MFA é um conceito teórico/prático que pesquisa as chamadas “funções” do meio rural que vão além da produção de alimentos. É considerado, por diversos pesquisadores, como uma nova perspectiva sobre a agricultura familiar, que possibilita a análise da integração das famílias rurais com o território, onde suas dinâmicas, seus meios de vida são levados em consideração, principalmente na elaboração de políticas públicas (MALUF, 2002).

Segundo Cazella (2009), a MFA busca, num sentido amplo, entender a relação família agricultora – território. Sendo assim, debruça seus esforços analisando as dinâmicas territoriais, levando em consideração a concepção de “territórios construídos”,

¹LEI Nº 11.326/2006 define como agricultura familiar: família agricultora que não tenha mais de 4 módulos fiscais, utilize predominantemente mão-de-obra familiar, tenha um percentual mínimo da renda familiar oriunda da atividade que realiza no campo, o empreendimento ou estabelecimento ser dirigido pela própria família

²fato decorrente de mudanças metodológicas na coleta de dados, dentre outras mudanças, até então, eram considerados estabelecimentos familiares propriedades com dimensões de até 15 módulos fiscais (França, 2009).

resultado da mobilização de diversos atores e segmentos sociais que ocupam o mesmo espaço e buscam resolver problemas comuns.

Esse processo de construção social territorial é complexo e dinâmico, e pode ter como consequência a geração de uma “renda de qualidade territorial”. Nesse sentido os bens (produtos e serviços) são valorizados pelas suas qualidades únicas, intrínsecas a características locais (edafológicas, climáticas, geográficas, culturais). Quando isso ocorre tem-se uma mercantilização territorial, ou seja, o real e o simbólico passam a ser valorizados como produtos singulares. Os sistemas de Denominação de Origem Controlada (DOC) são exemplos dessa valorização. Nesses casos, a denominação utilizada, no campo de estudo da MFA, é a da “cesta de bens” (MOLLARD, 2001).

É nesse ponto que a pesquisa se encontra de frente com o objeto estudado, a Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Litoral Sul Paraibano (Ecosul), uma Organização de Controle Social (OCS), localizada no assentamento APASA, no município de Pitimbu-PB. É formada por famílias agricultoras que realizam o processo produtivo seguindo as normas da legislação orgânica brasileira (Lei 10.831/2003), reunidas e organizadas em uma organização que legitima e garante uma comprovação da qualidade orgânica de seus produtos, assim, os diferenciando dos produzidos de forma convencional.

Dessa forma surgem os seguintes questionamentos que guiam essa pesquisa: a OCS contribui na valorização das múltiplas funções do meio rural? Fortalece aspectos econômicos, culturais, ambientais e sociais? Para elucidar tal questionamento o objetivo dessa pesquisa foi analisar a OCS Ecosul, na perspectiva da MFA, buscando-se entender a influência da entidade nas dinâmicas familiares e suas consequências.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A Multifuncionalidade Agrícola

As ideias e concepções que giram em torno da Multifuncionalidade Agrícola (MFA), ganharam espaço e relevância nas últimas décadas, quando se intensificou o debate sobre o desenvolvimento sustentável (REMY, 2005).

As propostas da MFA, de maneira geral, indicam uma reorientação das políticas públicas, para que passem a apoiar agricultores na realização de atividades que vão além da produção agrícola, atividades relacionadas a manutenção da biodiversidade e preservação ambiental, resgate cultural, segurança alimentar e incrementação econômica, são consideradas de interesse público. Dessa forma, a MFA, busca, construir ideias e conceitos, que facilitem a elaboração de políticas públicas na multiplicação das atividades internas realizadas na unidade de produção (LACERDA, 2008).

Vanguarda nesse sentido, o governo Francês criou em 1999 os Contratos Territoriais de Estabelecimentos (CTEs), instrumento que buscava reconhecer e valorizar funções do meio rural que fossem além das produtivas (CAZELLA, 2009). Através dos CTEs foi estabelecido um novo “pacto social” entre o conjunto da sociedade e agricultores, onde a sociedade reconhece os serviços – sociais, ambientais e produtivos – prestados pelos agricultores e passa a remunerar-los (ARRANZ, et al 2008).

A complexidade da perspectiva multifuncional exige a realização de pesquisas a nível local para reconhecimento e possível promoção das funções. No contexto nacional o projeto “Pesquisa e ações de divulgação sobre o tema da multifuncionalidade da agricultura familiar e desenvolvimento rural no Brasil” realizado em 2006-2008 por pesquisadores de diversas instituições, apoiados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), identificou quatro expressões da MFA: a) reprodução socioeconômica das famílias rurais; b) promoção da segurança alimentar (própria e da sociedade); c) manutenção do tecido social e cultural; d) preservação dos recursos naturais e da paisagem rural (CARNEIRO e MALUF, 2003).

Os esforços para promover a MFA, principalmente através das políticas públicas, partem do reconhecimento territorial como um espaço construído (CAZELLA, 2009), onde diversos atores, tanto públicos quanto privados, buscam resolver problemas comuns. Esse processo construtivo é contínuo, complexo e dinâmico, e pode ter como consequência a geração de uma “renda de qualidade territorial”, nesse sentido os bens (produtos e serviços) são valorizados pelas suas qualidades únicas. Quando isso ocorre

tem-se uma mercantilização territorial, ou seja, o real e o simbólico passam a ser valorizados como produtos singulares. Essa perspectiva é trabalhada no conceito de “cesta de bens” (MOLLARD, 2001), que busca assim orientar projetos que agreguem valor aos produtos e práticas locais, podendo também ser utilizada como estratégia de desenvolvimento territorial.

Para que se consolide tal estratégia, é requerida uma intensa articulação entre público e privado, principalmente no sentido de valorizar tradições e patrimônios ancorados no tempo e espaço, buscando agregar valores intrínsecos aos produtos locais e assim diferencia-los dos demais (MOLLARD, 2001).

A elaboração de projetos guiados pela cesta de bens nem sempre são capazes de atingir todos os atores que compõe determinado território, Benavides e Flexor (2009) retratam a aplicação desse conceito na realidade brasileira, especificamente no território Sul Fluminense, e concluem que, naquela realidade, a dinâmica se mostrou complexa pela heterogeneidade dos atores envolvidos e, em muitos casos, os projetos institucionais foram precários, nesse sentido afirmam:

A construção de uma cesta de bens territorial no litoral Sul-Fluminense é, nesse sentido, um processo que não proporciona oportunidades equivalentes a todos os atores. Aqueles com maior dotação de recursos poderão, provavelmente, tirar proveito desse processo. Para os demais, a construção de uma cesta de bens territorial diferenciada pode representar uma dinâmica inacessível, contribuindo para reforçar desigualdade socioeconômica prevalente. Compete ao conjunto de atores privados e públicos, envolvidos nesse processo, entender os desafios, riscos e potencialidades em jogo

Nesse ponto, fica claro a afirmação de Cazella (2009) de que, sob a perspectiva da MFA um território é “simultaneamente um espaço de agregação e de segregação” onde alguns indivíduos, por diferentes motivos, não participam ou não são incluídos nas ações e construções coletivas. Ainda dentro do conceito “cesta de bens” cabe a afirmação de Gumuchian (GUMUCHIAN, 2002) de que um território é “bifacial”, onde encontra-se o material e imaterial, real e simbólico, mercantil e não mercantil.

Afirmando os territórios como unidades de expressão e análise da MFA, cabe analisar e definir qual abordagem será utilizada, pois além da acepção econômica (apresentada a partir da cesta de bens) existem ao menos outras três, não excludentes entre si, que buscam contemplar a MFA na dinâmica territorial:

A) Atuação do Estado no território através do controle de externalidades que atingem o meio rural, tem seu enfoque na maximização do bem-estar social pela intervenção nas externalidades que atingem os bens públicos³, através da regulamentação, subsídios, multas etc. Busca identificar quais devem ser promovidas dentro de um território (nessa concepção o território é considerado o espaço geográfico de expressão das externalidades).

B) território formado através da ação coletiva em projetos convergentes não exclusivamente econômicos, mantém o foco na sociologia e na economia das organizações, sua aplicação ocorre de duas formas: através de ações coletivas almejando instrumentalizar e gerenciar projetos de origem pública (editais, políticas, planos etc) como o programa um milhão de cisternas (P1MC) realizado pela Articulação do Semiárido (ASA), ou pela iniciativa local, de forma autônoma, na busca da resolução de determinados problemas.

C) território como componente fundamental de “sociedades territoriais”, quando o território, ao menos em parte, é gerido por relações não capitalistas. Autores que trabalham a MFA nessa concepção buscam elucidar o papel da agricultura na criação das raízes que sustentam determinadas sociedades (GROUPE POLANYI, 2008 apud CAZELLA, 2009)

Outro aspecto importante da MFA é considerar o meio rural como moradia familiar, e não apenas como local de trabalho, dessa forma no início dos anos 1990 foram realizados diversos estudos para entender o que passou a ser chamado de “rurbano” e novo rural (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2000). Buscando entender e representar as novas dinâmicas do campo, pesquisadores debruçaram seus estudos sobre um público que vinha crescendo cada vez mais: residiam no meio rural porém realizavam atividades não agrícolas. Muitas famílias estavam deixando de ser monoativas (integrantes familiares realizam apenas atividades agrícolas) e passando a ser pluriativas (integrantes familiares realizam atividades agrícolas e não agrícolas), frequentemente a maior parte da renda proveniente das atividades não agrícolas (DEL GROSSI e SILVA, 2000)

Tratar o espaço rural não apenas como um espaço agrícola passa a ser consequência dessas mudanças, e transformar isso em ações e políticas públicas passou a ser um grande desafio. Nesse sentido diversas ações foram desenvolvidas nos últimos

³ Diferente de um bem privado, o bem público não está (ou não deveria estar) dentro da lógica de mercado, não é exclusivo. Estradas, praças, praias, rio são exemplos de bens públicos

anos, a criação, em 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a constituição, no ano de 2000, do Ministério do Desenvolvimento Agrário foram grandes avanços. A partir do governo Lula (2003) houve uma ampliação dessas políticas, foram criados mercados institucionais para compra de produtos da agricultura familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003 e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 2009, em 2008 foi criado o programa territórios da cidadania (considerado um avanço nas políticas de inclusão social) e em 2011 o programa Brasil sem Miséria teve como foco a inclusão produtiva nas áreas rurais através de assistência técnica voltada a esse público (DEL GROSSI, 2017).

DEL GROSSI (2017) analisou os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) realizado pelo IBGE, nos anos de 2004 a 2014, buscando informações que contribuíssem para entendimento das novas dinâmicas rurais, e concluiu que ocorreram importantes mudanças na demografia do espaço rural: a população permaneceu estável, em torno de 30 milhões, porém 4 milhões de trabalhadores deixaram de ter a agricultura como principal atividade, o número de trabalhadores ocupados em atividades não agrícolas aumentou, chegando a quase 6 milhões, e nesse ano também foi registrado o número alarmante de 939 mil famílias residentes de áreas rurais sem nenhum tipo de ocupação.

Esses números evidenciam a necessidade de políticas para o meio rural que ultrapassem as questões agrícolas, que sejam inclusivas e garantidoras do exercício de cidadania a todos que residem no meio rural.

2.2 A Agroecologia

A agricultura que desenvolvemos hoje, teve seu início a cerca de 12 mil anos atrás, na pré-história, precisamente no período Neolítico, passando por diversas etapas “evolutivas”, sendo a mais recente conhecida como “revolução verde” (MAZOYER e ROUDART, 2010).

A revolução verde surgiu no contexto pós-segunda guerra mundial, com objetivo de modernização agrícola através do uso da tecnologia gerada durante o período. Com o pretexto de erradicar a fome, ela ganhou dimensões mundiais e a sua prática passou a ser chamada de “agricultura convencional”. Porém, suas consequências negativas foram rapidamente sentidas como: a degradação ambiental, o aumento das desigualdades sociais, a concentração fundiária, e a perda de material genético (KHATOUNIAN, 2001).

Com outra perspectiva tecnológica, foi impulsionado o surgimento/ressurgimento de diversos movimentos e escolas agrícolas contrários a essa modernização como: a biodinâmica, a permacultura, e a agricultura orgânica, dentre outras, que buscam (cada uma com suas singularidades), a resolução de problemas agrícolas com um menor impacto ambiental. E é nesse contexto de crise agrária contemporânea⁴ que surge a Agroecologia com uma proposta de ser um novo paradigma de desenvolvimento, que supere as anomalias geradas pelo atual sistema, com a adoção de estratégias desenvolvimentistas incorporando, além das dimensões tecnológicas e econômicas, questões sociais, ecológicas e culturais. Dessa forma Altieri afirma:

A agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (ALTIERI, 2004).

A Agroecologia tem como principal unidade de análise o agroecossistema, e é através dele que busca abarcar questões diversas, principalmente sociais como afirmam Sevilla Guzman et al. (2006):

Em seu sentido mais amplo, a Agroecologia tem uma dimensão integral na qual as variáveis sociais ocupam um papel muito relevante já que, ainda que parta de uma dimensão técnica e seus primeiro nível de análise seja a unidade de produção, desde ela se pretende entender as múltiplas formas de dependência que gera o atual funcionamento da política, da economia e da sociedade sobre a cidadania, em geral e sobre os agricultores, em particular. Os outros níveis de análise da Agroecologia consideram como central a matriz comunitária na qual se insere o agricultor. Isto é, o grupo doméstico, a comunidade rural e as sociedades locais que geram sua identidade mediante uma rede de relações sociais. A Agroecologia oferece bases científicas para que os processos de transição da agricultura convencional (e outras formas de agriculturas menos sustentáveis, acrescentamos) para agriculturas ecológicas se desenvolvam neste contexto sociocultural e político e que impliquem em propostas coletivas de mudança social.

⁴Mazoyer em seu livro “histórias das agriculturas no mundo do Neolítico a crise contemporânea” faz um resgate histórico dos 10 mil anos de desenvolvimento agrícola, da domesticação das espécies até o momento atual, que o autor chama de crise agrária contemporânea.

Os mesmos autores, anteriormente citados, definem Agroecologia de uma maneira clara e atual:

o manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à crise de modernidade, mediante propostas de desenvolvimento participativo desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e de consumo que contribuam para o enfrentamento da crise ecológica e social e, desta maneira, possam ajudar a restaurar o curso alterado da coevolução social e ecológica.(GUZMAN et al. 2006)

A agroecologia, como ciência e campo de estudo, vem ganhando cada vez mais espaço, atualmente, o Brasil conta com diversos cursos técnicos e bacharelados, já existem sete programas de mestrado em agroecologia (MASSUKADO e BALLA, 2016), e dois doutorados , na Universidade Estadual do Maranhão, UEMA e Universidade Federal do Vale do São Fransisco, UNIVASF.

Como política pública a agroecologia ganhou visibilidade nacional em 2012, ano em que através do decreto 7.794 se instituí a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO (Brasil, 2012) com os objetivos de:

....integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (BRASIL, 2012).

Para instrumentalização da PNAPO, o mesmo decreto, institui o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO, com a proposta de criar estratégias, programas, metas, indicadores, prazos etc, que viabilizem a política. Porém em 2019, através do decreto de número 9.784 de 2019 (BRASIL, 2019) , o atual presidente revoga as instancias de gestão da PNAPO (Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO) que eram responsáveis pela elaboração, gestão e articulação do PLANAPO. Dessa forma, a política que vinha ganhando espaço e reconhecimento (no ano de 2018 a PNAPO recebeu prêmio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura [FAO] por contribuição ao desenvolvimento sustentável e melhora na qualidade de vida da população pela oferta de alimentos

saudáveis e preservação dos recursos naturais) perde seus mecanismos de gerenciamento e passa a ser cercada de incertezas.

Já na questão da MFA, Bonnal, Cazella e Maluf (2008) afirmam que o modelo de desenvolvimento agrícola baseado na agroecologia é o mais adequado aos princípios da MFA, pois integra, em seu campo de estudos e ações, dimensões econômicas, ambientais e sociais, porém, também afirmam existir um número reduzido de agricultores e organizações que seguem esse modelo.

2.3 A Organização de Controle Social

O movimento de agriculturas alternativas ganhou força e dimensão na década de 1960, com propostas similares de preservação ambiental, não uso do pacote químico convencional e respeito a biodiversidade, esses movimentos ganharam espaço e mercado. Dessa forma, buscando harmonizar conceitos e estabelecer alguns padrões, é criada em 1972 a Federação Internacional do Movimento de Agriculturas Orgânicas (IFOAM), uma organização não governamental (ONG), atualmente composta por 800 organizações espalhadas em 120 países (IFOAM, 2019). Os padrões estabelecidos passaram a servir de base para certificadoras do mundo todo, além de orientarem políticas públicas relacionadas ao tema.

Nesse sentido, o Brasil, deu seus primeiros passos no ano de 1994, quando o Ministério da Agricultura (MA) cria a Portaria MA nº178 que estabelece a Comissão Especial buscando propostas a respeito da certificação dos produtos orgânicos nacionais, e no ano seguinte é criada a Comissão Nacional de Produtos Orgânicos, composta por entidades públicas e privadas, objetivando o planejamento de políticas que auxiliassem no desenvolvimento da produção orgânica nacional (CAMARGO, 2002)

No ano de 2003 é criada a lei 10.831 que estabelece definições e conceitos a respeito da produção orgânica como:

....preservar a diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se insere o sistema de produção; incrementar a atividade biológica do solo; promover um uso saudável do solo, da água e do ar; reduzir ao mínimo todas as formas de contaminação desses elementos que possam resultar das práticas agrícolas; reciclar resíduos de origem orgânica, reduzindo ao mínimo o emprego de recursos não renováveis (BRASIL, 2003).

O decreto 6.323 de 2007, que regulamenta a lei 10.831, acrescenta, que os produtores orgânicos necessitam cadastrado no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) para comercializarem seus produtos com a qualidade orgânica. Esse cadastro passa a ser realizado de três formas:

Certificação por Auditoria: realizada por uma certificadora pública ou privada, responsável pela avaliação das conformidades orgânicas do produtor, permite o uso do selo SisOrg (Figura 1) (IN 5/2009);



Figura 1: Selo SisOrg de certificação por auditoria (Fonte MAPA, 2014)

Sistema Participativo de Garantias: tem como principal característica a responsabilidade compartilhada dos membros, que podem ser além de agricultores, técnicos e consumidores, deve também possuir uma OPAC (Organismo Participativo de Avaliação das Conformidades) legalmente constituída, que será responsável por emitir o selo SisOrg (Figura 2);



Figura 2: Selo SisOrg de certificação participativa (Fonte MAPA,2014)

Organizações de Controle Social: “grupo, associação, cooperativa ou consórcio a que está vinculado o agricultor familiar em venda direta, previamente cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com processo organizado de geração de credibilidade a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentados na participação, comprometimento, transparência e confiança, reconhecido pela sociedade”

(MAPA, 2016). Permite o agricultor vinculado a OCS utilizar uma declaração que comprove a qualidade orgânica do produto (Figura 3).

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO DF – SFA/DF
DIVISÃO DE POLÍTICA DA PRODUÇÃO E APOIO AGROPECUÁRIO – DPDAg

N.º
UF: DF
BR

Declaração de Cadastro de Produtor Vinculado a OCS

Declaro, para os devidos fins, que a Senhora _____ estabelecida no
Assentamento _____, é produtora familiar orgânica
cadastrada nesta Superintendência Federal de Agricultura do DF, sob o número _____, vinculada a OCS
Associação _____, estando
autorizada a comercializar produtos orgânicos não certificados diretamente ao consumidor, nos termos da Lei nº
10.831 de 23 de dezembro de 2003 e regulamentada pelo Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007.

Brasília, 14/11/2012

Figura 3: Declaração de vínculo a OCS (Fonte: CARNEIRO, 2016)

Dessa forma as OCS são ferramentas que possibilitam a obtenção de uma declaração de produção orgânica pelos agricultores familiares possuidores da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e diferentemente das outras formas de obtenção da comprovação orgânica no Brasil, a OCS não representa custo algum, o que vem atraindo famílias agricultoras a criar esse tipo de organização (MUNOZ et al., 2016).

O reconhecimento das OCS se deu no ano de 2007, através do decreto 6.323 (BRASIL, 2007), que também aponta as responsabilidades do grupo e restringe a comercialização direta ao consumidor, fato que estimulou nos últimos anos a “recriação” das feiras, através das chamadas “feiras agroecológicas”, onde são comercializados produtos produzidos localmente, encurtando as cadeias produtivas e reaproximando consumidor e produtor.

No ano de 2015 foram identificadas, no cadastro nacional de produtores orgânicos, 213 OCS distribuídas em 21 estados brasileiros, dessas 99 (46,48%) se encontravam no nordeste e 70 (32,86%) no sudeste, o que totalizou um número de 2888 agricultores orgânicos (MARINNI et al., 2016). Nesse mesmo ano, existiam 340 agricultores orgânicos no estado da Paraíba, desses, 262 estavam cadastrados via OCS (CAVALCANTI et al., 2015), dado que reforça a importância desse tipo de organização.

No cadastro nacional de produtores orgânicos, disponível no site do MAPA, existem 20.826 produtores, (MAPA, novembro de 2019). Em 2012, esse número era de apenas 5,5 mil produtores, o crescimento pode ser relacionado a diversos fatores, como a

busca por alimentos saudáveis pelos consumidores, valorização dos produtos orgânicos, mercados exclusivos para produção orgânica, organização de agricultores etc. Todavia, quando esse número é contrastado ao total de estabelecimentos rurais (segundo o IBGE 5.2 milhões de estabelecimentos), a produção orgânica certificada não alcançando a cifra de 0,5% do total. Esse número poderia ser mais representativo, pois segundo o censo agropecuária 2006, naquele ano existiam 90.498 agricultores que praticavam agricultura considerada “orgânica”, porém, a maioria sem certificação, já o censo agropecuário 2017 apresentou uma redução nesse número, 68 mil produtores orgânicos (IBGE, 2006).

Esses números reforçam a importância e a necessidade de ampliar o acesso a certificação da produção pelas famílias do campo, pois além de garantir a qualidade orgânica dos produtos agrega valor aos mesmos, incentivando assim as famílias permanecerem produzindo dessa forma.

2.4 O Diagnóstico Rural Participativo (DRP)

O DRP tem sua origem na Universidade de Chiang Mai, Tailândia na segunda metade da década de 70, quando um grupo de pesquisadores que estudavam sistemas agrícolas, desenvolveu uma metodologia capaz de captar a imensa complexidade dos agroecossistemas. A metodologia era baseada na construção participativa de diagramas simbólicos que representassem a realidade de cada local. O principal objetivo era melhorar a comunicação entre técnicos, pesquisadores e agricultores (Faria e Ferreira Neto, 2006).

Buscando transformar a extensão rural em uma prática mais participativa e democrática, o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) lançou em 2010 o “guia prático DRP” (VERDEJO, 2010) material didático direcionado a agentes e entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com a proposta de por em prática os objetivos preconizados pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) que traça como funções dos agentes de ATER : "Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria de qualidade de vida da sociedade” (BRASIL, 2004). Dessa forma, as ferramentas do DRP buscam assegurar a participação

do “beneficiado” em todas as etapas de ação do extensionista, desde a coleta de informações, monitoramento, criação, recriação e avaliação.

Nas últimas décadas o DRP tem despertado interesse de diversos segmentos (universidades, ONGs, etc) que passaram a utilizar as ferramentas oferecidas buscando dados que representassem determinadas realidades. Porém muitas vezes o DRP é utilizado de forma equivocada, pois, cada ferramenta necessita, para correta aplicação, uma reflexão do aplicador na definição dos objetivos, forma de abordagem para uma participação eficiente e abrangência temática.

As ferramentas possibilitam, de maneira geral, realizar um levantamento de dados, mediação de diálogos e planejamento/ monitoramento de ações e são capazes captar e representar as realidades em torno de 4 padrões básicos: espaço, tempo, fluxos e relações (FARIA e FERREIRA NETO, 2006).

As principais ferramentas do DRP são: Mapa Falado, Calendário Sazonal, Diagrama de Fluxo, Diagrama de Venn, Matriz Comparativa, Árvore de problemas (FARIA e FERREIRA NETO, 2006; VERDEJO, 2010).

O calendário histórico, busca através do diálogo com as famílias, descrever eventos importantes na construção da comunidade e avalia-los. Assim são definidas datas que representam o eixo x e temas o eixo y. A partir disso, a comunidade discute como era e como foi no decorrer dos anos cada temática, e por fim avalia com notas de 1 a 5. A ferramenta possibilita analisar melhoras ou pioras em cada tema, e através da discussão entender quais foram os motivos que levaram a isso.

A árvore de problemas busca analisar a causa e efeitos sobre várias perspectivas de um ou mais problemas, as raízes representam as causas, o problema se encontra no caule e os galhos e folhas representam os efeitos, como apresentado na figura 4:

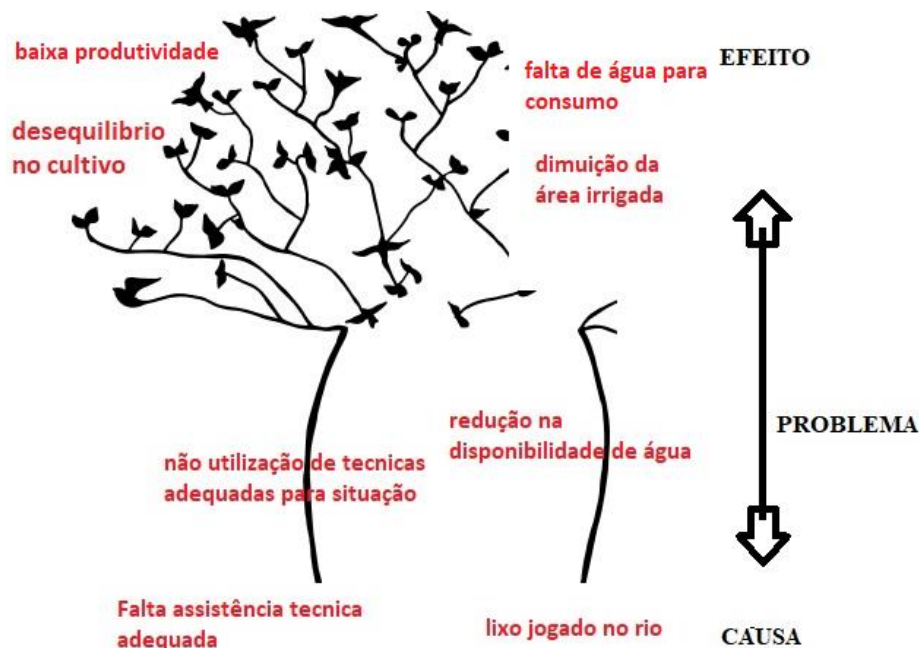


Figura 4: Árvore de problemas, causas e efeitos

3. MATERIAL E MÉTODO

A pesquisa foi realizada junto as famílias que compõe a Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Litoral Sul Paraibano (Ecosul), composta por famílias do assentamento APASA, localizado no município de Pitimbu, na região metropolitana de João Pessoa, estado da Paraíba. A população do município em 2018 foi estimada pelo IBGE (2010) em 18.904 habitantes, distribuídos em 137 km² de área, IDH-M: 0,570, considerado baixo pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) 2010,. A temperatura média nos meses mais quentes é de 27°C (dezembro a março) e de 24°C nos meses mais frios (junho a agosto) e a precipitação média anual é de 1.979,3 mm por ano (INSA, 2018) seu clima, segundo a classificação de Köppen é AS quente e úmido com chuvas de outono/inverno.

Para o desenvolvimento da pesquisa fez-se uso da metodologia participativa com abordagem qualitativa baseada em estudo de caso, pois foi construída com um grupo específico de famílias agricultoras moradoras do assentamento APASA. Para a aplicação dos métodos foi necessário a mobilização e a participação dos(as) agricultores(as). Assim, a metodologia adotada ocorreu de forma participativa e problematizadora, cujos

conteúdos e as técnicas empregadas foram elaborados de acordo com as necessidades levantadas pelos próprios. Dentro de uma abordagem metodológica, procurou uma práxis que possibilitou os agricultores(as) e outros beneficiários a uma ampla integração para o fortalecimento da relação pesquisa-campo-cidade.

Foram utilizadas ferramentas do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) como: o diagrama histórico (DH), a entrevista semiestruturada e a travessia, de acordo com o descrito por Verdejo (2010) e Ferreira Neto e Farias (2006). Essas ferramentas buscam através da troca e do diálogo com o pesquisador e os membros da comunidade as informações mais precisas que retratem a realidade histórica e atual do local.

Objetivando uma maior participação do público, a aplicação das ferramentas ocorreu nos dias e local que ocorrem as reuniões da OCS. Dessa forma tivemos uma participação expressiva dos membros do grupo. As reuniões foram no salão da associação, mesmo local onde é armazenado o caminhão do grupo.

Outro procedimento utilizado na coleta das informações foram as entrevistas semiestruturadas individuais e coletivas com as famílias selecionadas da Ecosul, alcançando um total de 84% do total de membros cadastrados na OCS. Para isso, foi elaborado um roteiro com perguntas de caráter aberto, com objetivo de coletar informações de forma não induzida, com o foco nos sistemas de produção, uso de tecnologia, dinâmica interna familiar, proteção ambiental e gerenciamento financeiro (Anexo 1).

O roteiro enfocou os temas de sistemas de produção, buscando-se o conhecimento sobre o funcionamento das formas de exploração agrícola, das tecnologias utilizadas e das relações de compra e venda.

Para todos os entrevistados da pesquisa foram registrados o termo de autorização de uso de dados e consentimento para arquivo e seguridade das informações colhidas.

A coleta de dados foi realizada durante cinco meses do ano de 2019, com visitas *in loco* nas unidades de produção e no local onde as famílias realizam a feira.

Após a análise das coletas das informações foram registradas fotos e elaborados diagramas utilizando os programas Excel® e Word®.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O Diagrama Histórico da OCS Ecosul

Um dos primeiros passos para a construção dessa pesquisa foi gerar uma confiança entre o grupo e os pesquisadores. Isso é importante para que as respostas sejam comunicadas com mais tranquilidade e veracidade. Assim, as ferramentas de DRP são estratégias interessantes e aplicáveis para manter um diálogo confiável entre as pessoas. Dessa forma, utilizando a ferramenta do Diagrama Histórico (DH) (Figuras 5 e Tabela 1) foi possível identificar o histórico de formação do assentamento e eventos que levaram a constituição da Ecosul e do Assentamento APASA.



Figura 5: Elaboração do Diagrama Histórico na sede da Ecosul no Assentamento APASA, Pitimbu-PB, agosto, 2019.

Tabela 1: Evolução, nos primeiros anos, de aspectos abordados no Diagrama histórico:

Vendas	Gênero	Aspectos culturais	Preservação ambiental	Articulação	Infraestrutura	Sistema produtivo
atravessador	igualitário	Ciranda/festa 10 de maio	Desmatamento o desenfreado	Mutirões	Barraco de palha/lona	1995 Roçado comunitário – inhame e macaxeira (fundação)
Feira/atravessador			Consciência sobre preservar para manutenção das fontes de	Bem articulados	Início de sistemas de irrigação; não havia sede; não possuíam transporte	2002/2003 Capacitação para produção orgânica; Hortaliças, banana, (Ecosul – feira)
Feira/atravessador/PAA/PN AE			SE REPETE	Concentrada na OCS	Caminhão para transporte de mercadoria	2007/08 SE REPETE (Compra caminhão/OCs)
SE REPETE		Intercambio com consumidores (articulação CPT/UFPB)	SE REPETE		SE REPETE	2010 SE REPETE (intercambio cultural)
Feira/atravessador/Whatsapp®			SE REPETE	Com consumidores pelo whatsapp	SE REPETE	2014 SE REPETE (Whatsapp®)

4.1.1. Conquista da terra, origem e consequências

No Diagrama Histórico foi observado que as terras que hoje fazem parte do assentamento APASA eram de propriedade da família Lundgren. Segundo Lima (2008), no ano de 1979 a família Lundgren dividiu suas terras em quatro partes, objetivando mudar o cadastro da área, que até então era considerada um latifúndio, para se transformar em empresa rural, assim, a família conseguiu evitar que as terras fossem alvo de desapropriação por parte do estado. Nesse mesmo ano foram expulsas 150 famílias que moravam na fazenda, gerando um conflito que durou anos, culminando na origem dos assentamentos Nova Vida, Sede Velha, Teixerinha, 1º de Março e APASA.

O assentamento APASA foi criado em 1995 e, atualmente, é constituído por 150 parcelas, por uma área de reserva florestal e mais uma agrovila, que possui algumas características consideradas urbanas (pequenos comércios, igrejas, bares), porém desprovida de saneamento básico e calçamento. A agrovila, as parcelas e a reserva florestal totalizam 1.100 hectares.

No DH foi identificado que no início da constituição do assentamento, entre as situações desejadas, os maiores desafios eram relacionados a infraestrutura e comercialização. As casas eram de barracos de palha e lona, e a venda da produção era realizada somente através de atravessadores, que pouco valorizavam a produção do assentamento.

Lima (2008) observou em sua pesquisa que após a conquista da terra se iniciou uma nova luta, a de permanecer na terra mantendo uma vida digna, podendo através dela tirar seu alimento e sustento financeiro.

Em contrapartida, naquela época, segundo relato do público alvo durante a aplicação do DH, as famílias eram mais articuladas. Isso porque possuíam um roçado comunitário de macaxeira e inhame (para abastecimento local) e semanalmente realizavam reuniões, onde compareciam mais de 100 famílias. O roçado comunitário era uma estratégia utilizada pelas famílias no tempo de luta pela conquista da terra, e a presença expressiva de famílias nas reuniões iniciais era resultado do tempo de acampamento (por 8 anos) quando a comunicação e articulação era uma necessidade.

A presença da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) foi de fundamental importância nessa articulação, tanto nos anos de acampamento como nos primeiros anos de assentamento (LIMA, 2008).

Posteriormente a CPT permaneceu atuando dentro do assentamento, sendo uma das principais motivadoras da criação da feira Agroecológica Ecosul.

Percebeu-se um relapso de memória entre o público assistido, pois não identificaram nenhum outro momento importante na comunidade entre as datas de 1995 (conquista da terra) a 2002 (início da feira agroecológica).

No ano de 2002, um grupo de famílias, apoiadas pela CPT, se organizou e passou a participar do projeto “Feira Agroecológica Paraibana”, projeto que foi iniciado no ano de 2001 através de aporte financeiro da Caritas Brasileira, que concedeu um empréstimo de R\$ 5.700 (cinco mil e setecentos reais), valor destinado a compra de barracas, uniformes, bancas e balanças para realização de feiras agroecológicas, dando origem a 4 feiras, dentre elas a Feira Agroecológica Ecosul (LIMA, 2017). Esse ano, seguido pelo ano de 2003, foi marcado pela capacitação para produção e comercialização de produtos orgânicos além da criação da associação Ecosul, que alguns anos depois (2008) se transformou em Organização de Controle Social.

Dessa forma foi possível identificar duas mudanças na “tradicional feira”. Primeiro na sua transformação para “feira agroecológica”, quando as famílias agricultoras passaram a produzir tomando como eixos norteadores a preservação dos ecossistemas e o desenvolvimento local sustentável (RODRIGUES, 2008), além da aproximação entre os feirantes com os consumidores através da venda direta, que antes não existia. Segundo, pela capacitação dos agricultores e o intercâmbio entre os consumidores. Esta fase ocorreu por intermédio da CPT, que alugava um ônibus e levava os consumidores a conhecer as áreas de plantio, assim como ter acesso as informações de manejo adotado nos agroecossistemas. De acordo com o DH foram quatro visitas realizadas ao longo de dois anos.

No ano de 2005 as famílias da Ecosul passaram a acessar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (LEI. 11.346/2006) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE teve sua origem em 1955 através do decreto 37.106, que era chamado de Campanha da Merenda Escolar, em sua trajetória histórica passou por diversas mudanças, a mais recente através da lei 11.947 de 2009, quando passou por uma reformulação, incorporando a determinação de que 30% do total de recursos destinados a obtenção de gêneros alimentícios deveriam ser obtidos da agricultora familiar. Entretanto, no PAA os 100% da aquisição deve vir da agricultura familiar.

Segundo Cunha et al. (2017) ambos os programas contemplam questões relacionadas à segurança e soberania alimentar, estimulam o cooperativismo e

associativismo, e promovem a produção orgânica de alimentos. Os benefícios desses programas são apresentados por diversos autores como: o PAA abriu novos mercados aos agricultores (SOUZA, 2015), a diminuição do êxodo rural (VIERA e VIANA 2014) e a manutenção do valor pago pelo produto alimentício acima do mercado (LAURO MATTEI, 2007).

Nos últimos anos a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), órgão responsável pelo PAA, vem sofrendo severos cortes orçamentários, em 2012 (auge do programa) o orçamento destinado a compra de alimentos foi de 586 milhões de reais (CONAB, 2016), em 2018 a Conab operacionalizou apenas 68 milhões de reais, uma redução de quase 90% (CONAB, 2019). Esses cortes atingiram a OCS Ecosul, que atualmente não acessa nenhum dos programas.

No ano de 2007, através da articulação junto ao colegiado Zona da Mata Sul⁵, com recursos da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), adquiriram um caminhão para o grupo (até esse ano alugavam carros para transporte da mercadoria até a feira). Esse caminhão é utilizado até hoje e todos consideram uma grande conquista do grupo.

Através do DH, foi verificado que no ano de 2014, a associação passou a utilizar o aplicativo Whatsapp® na comunicação com os consumidores. Como consequência houve uma melhora na dinâmica de vendas. Os consumidores passaram a fazer pedidos durante a semana, o que melhorou o planejamento de colheita, fazendo com que os agricultores(as) levassem para a feira somente o necessário para a venda, diminuindo as perdas de pós-colheita. Além disso, o aplicativo estreitou mais ainda a relação entre os feirantes e consumidores.

Através desta inserção tecnológica a a relação feirante-consumidor mudou, pois atualmente, os consumidores da feira agroecológica Ecosul, em grande parte, sabem quais os produtos estarão disponíveis na feira durante a semana que a antecede. Isso ocorre através do aplicativo, onde tanto os consumidores podem fazer os pedidos e “reservar” seus produtos, como os agricultores podem informar o que será colhido e produzido na época. Assim, os feirantes passaram a ter uma melhor estimativa e planejamento das vendas para o dia da feira, diminuindo as perdas pós colheita.

⁵ Os territórios rurais foram fomentados principalmente pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios (PRONAT), gerido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial/ Ministério do Desenvolvimento Agrário. O programa é composto por colegiados territoriais, que possuem em sua formação a sociedade civil organizada e o poder público, esses são responsáveis pela elaboração de propostas e projetos e acompanhamento das ações. Atualmente são 239 territórios rurais, englobando 3,5 mil municípios (Brito, 2017)

O DH também permitiu resgatar questões relacionadas a preservação ambiental. Foi constatado a existência no assentamento APASA de uma área destinada a reserva florestal coletiva, dessa forma todas as famílias que compõem a OCS possuem área de reserva vinculada a sua propriedade. Em relação aos cuidados com a mata no interior do local de cultivo, foi relatado que, inicialmente havia um “desmatamento desenfreado”, e que a partir de 2002 passou a se desenvolver uma consciência em “preservar para ter água”. Barbosa (2008), em sua pesquisa no assentamento APASA, constatou que a presença de água e uso da irrigação são fatores relacionados ao aumento da renda. Assim é observado uma relação de causa e consequência, as famílias que possuem água em suas propriedades e fazem esse uso consciente (preservando a mata ciliar e assim protegendo as nascentes e rios) conseguem obter maiores rendas através de seus cultivos.

As visitas realizadas e o DH possibilitaram a obtenção de informações importantes, que somadas a pesquisas já realizadas, conduziram a análise e discussão anterior às entrevistas.

4.2 Entrevistas

Após a primeira etapa da pesquisa, deu-se início a segunda, composta pelas entrevistas semiestruturadas.

As entrevistas foram realizadas no estacionamento da Igreja Nossa Senhora de Nazaré (7°04'36.7"S 34°50'09.6"W) (Figura 6), local onde semanalmente, aos sábados, as famílias realizam a feira agroecológica Ecosul.

Atualmente 17 famílias fazem parte da feira, dessas, um total de 11 foram entrevistadas, representando 64% do número de famílias feirantes. Ao verificar o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), plataforma disponibilizada pelo Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) observou-se que somente 13 famílias constam no cadastro nacional de produtores orgânicos (CNPO, 2019).

Esse fato mostra que não está havendo a atualização do grupo na plataforma. A atualização é feita pela internet através do preenchimento de documentos disponíveis no website do MAPA. Para tal é necessário conhecimento básico em informática, uso de imagens de satélite e computador, recursos indisponíveis ao grupo. Assim, com o desvinculamento do grupo da Ecosul a um agente de Assistência Técnica e Extensão Rural, mostra a incapacidade do grupo em gerir e administrar ferramentas atuais e que

necessitam, não só de tecnologia, mas também, de logística e conhecimentos gerais. Essa falta de atualização do grupo ao CNPO pode por em risco a credibilidade da feira.



Figura 6: Feira semanal da OCS Ecosul, no bairro do Bessa, João Pessoa – PB (novembro de 2019)

Das 13 famílias que compõe a OCS, 10 possuem o cadastro em nome do homem. Este número está relacionado a pessoa responsável pela produção, pois durante as entrevistas constatou-se que, de todas as famílias que possuem em seu núcleo familiar esposa e esposo, apenas uma tem ambos como responsáveis pela produção, as outras o esposo é considerado o responsável.

O baixo número de famílias que fazem parte da OCS comparado ao número de famílias que compõe o assentamento (150) e ao número de declarações de aptidão ao Pronaf (DAP) ativas no município, que são de 2.001 (BRASIL, 2019), pode configurar o que Mollard (2001) chama de “efeito clube”, quando um grupo seletivo de agricultores busca a valorização de determinados bens produzidos, situação que dificilmente seria possível de forma individual. De acordo Cazella e Búrigo (2008) o lado mais aparente do efeito clube se expressa na baixa capacidade em ampliar o número de beneficiados, além da pouca influência na socioeconomia regional. Foi verificado durante a pesquisa que, desde 2003, ano de formação da Ecosul, até 2019, apenas 4 famílias ingressaram no grupo, fato que reforça esse argumento.

Esse baixo número de produtores que aderem as práticas de cultivo orgânicas é característica de diversos assentamentos no estado, e o principal motivo, relatado pelos agricultores, está na dificuldade em combater pragas sem o recurso agrotóxico

(ARAÚJO, 2014). Entendendo que existem diversas formas de combate a insetos indesejados, seja pelo Manejo Integrado de Pragas (MIP), caldas, biofertilizantes, cultivos consorciados, dentre outras técnicas, fica claro que o principal motivo, do reduzido número de agricultores que praticam agricultura orgânica é a falta de assistência técnica adequada.

Foi possível observar, durante a coleta de dados, que a feira é um ambiente de interação entre pessoas, bem estar e qualidade alimentar. Foi também observado a relação de proximidade entre agricultores e consumidores, onde grande parte se chamava nominalmente. Segundo Darolt (2008), os produtores orgânicos, que almejam um estreitamento nas relações com os consumidores, necessitam valorizar e investir em outras funções de suas propriedades, como a paisagem, a gastronomia local e o lazer, assim podem oferecer, além de produtos agrícolas diversificados, outros serviços e atrativos ao público urbano. Dessa forma, a ampliação das atividades, através da valorização das múltiplas funções da agricultura, pode contribuir tanto na melhora da renda como também na relação entre campo e cidade.

4.2.1 Econômicas

Nas questões econômicas, 25% das famílias tem na comercialização de produtos agrícolas *in natura* ou processados sua única fonte de renda e 75% possuem renda proveniente de outras formas, como aposentadorias, bolsa família e outros empregos; Porém 90% das famílias afirmaram que a maior parte da renda é proveniente da comercialização de produtos agrícolas.

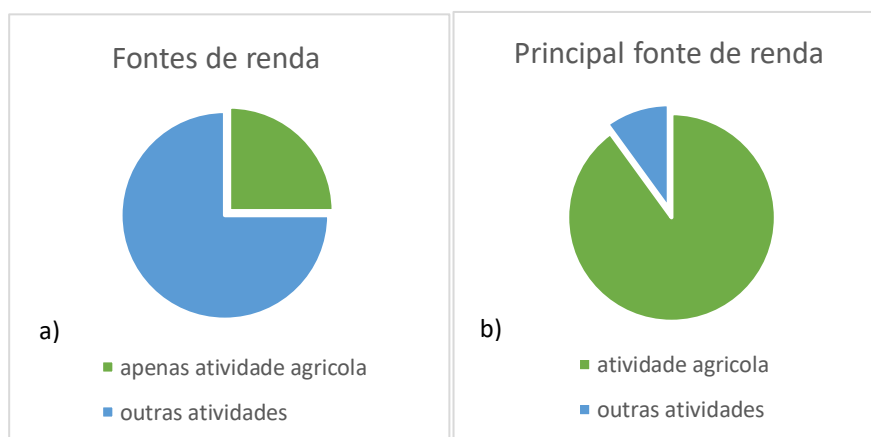


Figura 7: Fontes de renda das famílias feirantes da Ecosul a) Origem da renda b) renda principal no ano de 2019.

Todas as pessoas entrevistadas apontaram aumento na renda após a entrada na OCS e conseqüentemente na feira. Esse aumento variou de 30% até 70% na renda mensal. Entretanto, algumas famílias relataram a pouca valorização do produto pelos consumidores, como exemplo foram citadas reclamações dos preços das mercadorias, consumidores comparando os valores com mercados próximos (a 100m do local da feira existe uma rede especializada em comercializar produtos hortifrutigranjeiros).

A importância das feiras agroecológicas pode ser observada de diversas perspectivas, porém quando se fala da questão econômica e comercial, é necessário levar em consideração que as feiras perpassam a proposta de um local ou ponto de vendas, pois estimulam as relações entre produtores e consumidores, podendo gerar conseqüências no desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental (BADUE; GOMES, 2011).

Uma pesquisa recente realizada com os agricultores feirantes da Ecosul (VASCONCELOS, 2018) apontou que 6,67% recebem até um salário mínimo mensal, 60% afirmaram ter renda entre um e dois salários mínimos, e 33,33% afirmaram ter renda mensal de dois a três salários mínimos. Observando o aumento da renda após a entrada na feira e a renda atual, fica clara a relevância da feira nas questões financeiras.

A feira foi apontada como principal ponto de escoamento da produção por todas as famílias entrevistadas, apesar de 60% das famílias ainda venderem parte da produção para atravessadores, prática que gera pouca lucratividade, e é realizada apenas algumas vezes ao ano. A baixa lucratividade está relacionada ao valor pago pelo atravessador, por exemplo o coco verde é comercializado na feira pelo valor de R\$ 1,00 a unidade, enquanto o atravessador paga de 0,10 a 0,15 centavos a unidade.

No ano de 2017 o mercado orgânico nacional movimentou a cifra de R\$ 3 bilhões de reais (BACOCINA, 2017). E segundo Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável (Organis) o mercado de produtos orgânicos brasileiro teve rendimento de 4 bilhões de reais no ano de 2018. O mesmo conselho identificou que no ano de 2019, 19% dos brasileiros haviam consumido produtos orgânicos nos 30 dias que antecederam a pesquisa, desses, 87% deram preferência às feiras, seguido dos supermercados representando 61% (aqui o entrevistado tinha a opção de escolher mais de um local para consumo) números que reforçam a importância da comercialização direta nas feiras (ORGANIS, MARKET ANALYSIS 2019).

Nesse mercado, as OCS, representam números significativos, Marini et al (2015) identificou que dos 10.070 produtores cadastrados no CNPO naquele ano, 3.062 eram

vinculados a OCS, desses, 53% encontravam-se no Nordeste. Segundo os autores, as motivações que levam agricultores a se vincularem a OCS são inúmeras, porém, evidenciam a importância histórico cultural das feiras livres na concentração do número de OCS nessa região (MARINI et al., 2015)

Em relação aos gastos mensais 66% dos entrevistados apontaram a alimentação como gasto principal, seguido de energia e internet, e 34% apontaram como principal gasto as contas, seguido da alimentação. Fato que pode estar relacionado a introdução de alimentos industrializados na dieta do brasileiro, como constatado por Nardoto et al. (2011) e colaboradores, que identificaram, por meio da análise das unhas de habitantes de oito vilas rurais da Amazônia, o consumo de alimentos processados com uma frequência cada vez maior, sendo que, nessas vilas sequer existiam mercados ou vendas, os produtos chegavam nessas localidades por barcos vindo de Manaus (NARDOTO, 2011), dessa forma, concluem que a dieta do brasileiro está cada vez mais padronizada, onde até mesmo ribeirinhos do Solimões estão perdendo sua identidade alimentar, substituindo a tradicional farinha de mandioca com peixe por bolachas, frango congelado, refrigerantes e enlatados.

4.2.2 Produtivas

Nas questões produtivas, 50% das famílias apontaram que as maiores dificuldades na produção estavam relacionadas a adubação, não realizam a compostagem e dependem majoritariamente da compra de esterco de frango; 30% relataram que as maiores dificuldades estão relacionadas ao uso da água nos cultivos, seja pela falta ou pelo alto custo da manutenção dos equipamentos de irrigação (Figura 8a).

Como maior gasto nas questões produtivas 55% das famílias apontaram a compra do esterco, e 30% das famílias elencaram os gastos com trator e outros maquinários como principal despesa na produção, as demais apontaram gastos com gasolina, energia e manutenções da irrigação como principais gastos na produção (8b).

Na questão do beneficiamento, do total de feirantes 78% comercializam seus produtos *in natura* e 22% fazem algum tipo de processamento ao menos em parte dos produtos comercializados; como é o caso das famílias que vendem macaxeira e também massa de mandioca e a goma de tapioca.

Ainda na questão produtiva 100% famílias apontaram não receber nos últimos anos qualquer tipo de incentivo, seja público ou privado.

As práticas agrícolas utilizadas por produtores ecológicos, exigem uma assistência técnica diferenciada, pois fogem do padrão convencional, não se encaixando na lógica de transferência tecnológica (CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, 2000). Dessa forma, as entidades responsáveis por fornecer tais serviço, necessitam adotar estratégias mais adaptadas as realidades locais. A informação fornecida pelas famílias, de que nos últimos anos não receberam qualquer tipo de incentivo, reforça a carência de uma ATER adequada perante as necessidades do grupo.

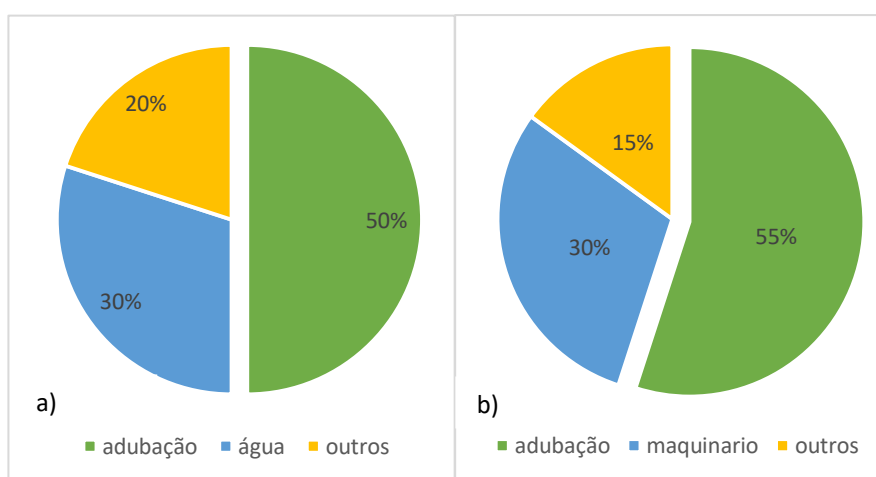


Figura 8: a) maiores dificuldades na produção b) maiores gastos na produção

4.2.3 Aspectos Sociais

O sociólogo Brandenburg (2010), trabalha com a hipótese da configuração do espaço rural brasileiro em um formato de mosaico, onde são encontrados, simultaneamente, o rural tradicional, o moderno e o socioambiental. O rural socioambiental passa a existir quando o rural tradicional não é substituído pelo moderno, pelo contrário, persiste e incorpora as questões ambientais, muitas vezes, ressignificando suas tradições. O autor expressa que esse “novo rural” é a síntese de projetos sociais organizados por atores que muitas vezes estão margem das políticas de desenvolvimento rural, assim reforça a necessidade da elaboração de políticas públicas que contemplem e potencializem ações fortalecedoras desse novo rural.

Nessa perspectiva, as perguntas de cunho social, buscaram entender quais vantagens e possibilidades a OCS fornece as famílias, e até onde tem capacidade de intervenção.

Quando perguntadas qual o maior benefício e principal vantagem em fazer parte de uma OCS, 90% das famílias apontaram a questão econômica e a abertura de mercados (como principal a feira), 10% apontaram questões relacionadas a saúde. Aqui é reforçada a importância econômica das feiras, já apontada por outros autores (CAMPANHOLA e VALARINI, 2001; DULLEY et al. 2000).

Todas as famílias, que possuem no núcleo familiar crianças e adolescentes, os inserem de alguma forma nas atividades, como ajudantes, seja na produção, beneficiamento ou comercialização dos produtos. Integrar os jovens nas atividades diárias, e valorizar suas ações, pode ser uma estratégia de evitar o êxodo rural, que segundo Piacentini (2015), entre os jovens ainda é enorme, a autora elenca alguns motivos geradores da migração da juventude:

...a desvalorização social da agricultura familiar, especialmente a tradicional, mais presente no Nordeste do país. Isso se deve ao modo como nosso processo de modernização e industrialização foi sendo construído. A desvalorização é reforçada pela escola, mesmo as que estão localizadas no meio rural: muitos professores, ao buscar incentivar os alunos a estudarem, os fazem refletir que a falta de estudo irá fazer com que sejam agricultores, desassociando educação de agricultura e relacionando o agricultor com o ignorante (PIACENTINI, 2015).

Apenas três famílias relataram fazer parte de algum tipo de cooperativa, dentre elas duas compõe a cooperativa da APASA, e uma faz parte de cooperativa presente em outro assentamento.

Nenhuma família faz parte de movimentos sociais agrários. Esses dois últimos pontos (cooperativismo e movimentos sociais) precisam ser mais bem trabalhados e entendidos, porém vale destacar que segundo Dal Ri e Vieitez (2004), o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) iniciou os trabalhos cooperativos ao perceber que, dentro da lógica do agronegócio brasileiro, não sobreviveriam de forma individualizada. Dessa forma entre os anos de 1989 em 1992 criam o Sistema Cooperativista dos Assentados. E em 1992 criam a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). A confederação busca a democratização das relações de trabalho através da descentralização das instancias de poder, na alteração das divisões e remunerações dos trabalhos e na autogestão (Dal Ri e VIEITEZ, 2004).

Um caso que serviria como exemplo, é o da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória, COPAVI, localizada em Paranacity – PR. A Copavi tem foco na

produção de açúcar mascavo, melado e cachaça, orgânicos e certificados. Seus princípios e pilares são baseados na autogestão e na economia solidaria (MORAIS, 2011).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi constatado, de maneira geral, uma baixa cooperação entre os membros em atividades que vão além das referentes a comercialização (feira) e aos processos de “certificação” da produção orgânica (reuniões rotativas, visitas de pares, verificação da documentação da OCS). Fato gerador de algumas dificuldades enfrentadas nas etapas produtivas, como na necessidade de contratação de maquinário para realização de serviços como limpeza de áreas (pois não possuem maquinários coletivos), ou no processamento da macaxeira em goma de tapioca e massa de mandioca (as famílias se deslocam a uma casa de farinha, e lá realizam a trituração da macaxeira, mediante a pagamento).

Também foram relatadas dificuldades quanto ao fabrico de caldas, biofertilizantes, compostagem, insumos de maneira geral, atividade que geralmente é realizada em coletivo. Foi também observado que as famílias, em sua maioria, não realizam trocas de mercadorias, podendo tal fato estar relacionado ao maior gasto atribuído a alimentação.

Outra questão importante é a falta de assistência técnica adequada e de incentivo, público ou privado, fatos que foram apontados por todas as pessoas entrevistadas. Atualmente a única organização intervindo nesse sentido é a CPT, porém a mesma não é capaz de suprir as necessidades da associação, principalmente em relação as etapas produtivas.

Dificuldades similares já haviam sido identificada em uma pesquisa realizada no ano de 2014, que deu também destaque aos seguintes aspectos apontados pelos feirantes/agricultores:

estrutura precária do local de funcionamento, insuficiência da oferta de água, dificuldade para combate às pragas, assistência técnica insuficiente, elevado custo de transporte, dificuldade de acesso a crédito, insuficiente divulgação da feira, banheiros precários (ARAÚJO, 2014).

Cinco anos se passaram e as dificuldades enfrentadas são praticamente as mesmas, fato preocupante, que mostra o esquecimento desse público por parte do Estado.

Essa situação se repete em outros locais, como apresentado por Santos e colaboradores (2014), que analisaram aspectos socioeconômicos e ambientais de uma OCS localizada no município de Mossoró – RN, e constataram que naquela realidade a assistência técnica era realizada por apenas um técnico membro de uma organização não governamental (ONG), sendo incapaz de suprir as necessidades técnicas, principalmente relacionadas a produção das famílias.

Dessa forma, podemos apontar que os benefícios imediatos da OCS são econômicos, ambientais e relacionados a saúde dos membros. Tais benefícios podem ser vistos como individuais, não estimulando constantes esforços coletivos. Fato que pode ser também atribuído ao trabalho associativo ou cooperado inserido na lógica capitalista, que está constantemente sob pressão, e muitas vezes se torna alienado não gerador de um “produto social” (produto oriundo de esforços coletivos, realizado por indivíduos com plena consciência do trabalho que realizam). Segundo Vieitz e Dal Ri o “antídoto” para tal alienação está na organização popular, na militância constante para emancipação dos trabalhadores (VIEITZ e DAL RI, 2015).

Os resultados indicam que a OCS vem fortalecendo a função econômica e consequentemente de reprodução social das famílias, apesar das fragilidades observadas, possibilita a manutenção da vida no campo, trazendo benefícios financeiros, consequência da abertura de mercados (como principal a feira agroecológica) que valorizam a mercadoria orgânica produzida pela agricultura familiar.

A manutenção da biodiversidade também é contemplada pela OCS, pois todas as famílias passaram a preservar suas águas e florestas, além de não fazerem o uso de agrotóxicos em suas culturas.

O encurtamento da cadeia produtiva e o contato direto com o consumidor oportuniza outras formas de trabalho como a comercialização direta ou beneficiamento dos produtos, possibilitando assim a inserção do adolescente na função de ajudante, principalmente nas atividades que vão além da produção.

A não existência de incentivos públicos e privados (ao menos de forma explícita), seja por meio de recursos financeiros ou assistência técnica adequada, se torna um entrave ao desenvolvimento das atividades produtivas e comerciais da Ecosul.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, E.; SOUZA, G. S.; ROCHA, D. P. Desigualdade nos campos na ótica do censo agropecuário 2006. Revista de Política Agrícola, Brasília, DF: **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Política Agrícola**, v. 22, n. 2, p. 67-75, 2013.

ALTIERI, M.A. **Agroecology: the scientific basis of alternative agriculture**. Boulder: Westview Press, 1987.

ALTIERI, M.A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável** / Miguel Altieri. – Editora da UFRG. 4.ed. – Porto Alegre, 2004.

ARAÚJO T. C. Pesquisa Ocupação e Renda em Feiras Agroecológicas na Paraíba / Fortaleza: **Instituto de Desenvolvimento do Trabalho: Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal de Pernambuco**: Banco do Nordeste do Brasil, 2014.148 p. : il.

ARRANZ, A.V; ESTRADA, E.M; ANJOS, F.S dos. Contratos territoriais de estabelecimento na França: rumo a um novo pacto social na agricultura? **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p.219-235. 2008.

BADUE, A. F. B.; GOMES, F. F. F. Parceria entre consumidores e produtores na organização das feiras. São Paulo: **Instituto Kairós**, 2011.

BACOCINA, D. O dilema dos orgânicos. **Plant Project**, ed. 05,, p. 28-35, 2017.

BRITO, C.C. Conceito de território rural e políticas públicas e sua evolução histórica nos governos FHC e Lula **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, [s.l.], v. 22, n. 72, p.173-192. 2017. Fundacao Getulio Vargas. <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v22n72.60260>.

BRANDEMBURG, A. O rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v.13 p. 417-428, jul/dez. 2010.

BRASIL; **DECRETO Nº 9.784**, DE 7 DE MAIO DE 2019 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9784.htm> Acesso 20 nov. 2019>.

BRASIL; **DECRETO Nº 7.794**, DE 20 DE AGOSTO DE 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7794.htm> Acesso: 20 nov. 2019>.

BRASIL; MAPA. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. 2019. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. ... **Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário** (sead). Extrato DAP. 2019. Disponível em: <<http://smap14.mda.gov.br/extratodap/PesquisarDAP>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL, **LEI Nº 11.947**, DE 16 DE JUNHO DE 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm> acesso em: 10 novembro 2019.

BRASIL, MAPA. **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 50**, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2009. Disponível: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-no-50-de-05-de-novembro-de-2009-selo-federal-do-sisorg.pdf/view>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Orgs.). **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna: Embrapa, 2000, 303p.

CAMARGO, C. P.; PESSOA, M. C. P. Y.; SILVA, A.S. **Qualidade e Certificação de Produtos Agropecuários**. Embrapa Informação Tecnológica. Brasília, DF. 2002, 188p.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno produtor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília**, v. 8, n. 3, p. 69-101, 2001.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, RS, v.1, n. 1, p. 16-37, jan./mar. 2000.

CARNEIRO, R.G. **Produção orgânica e Organização de Controle Social (OCS) : cadastramento de OCS, procedimento para controle social e qualificação da produção** / Roberto Guimarães Carneiro. – Brasília : Emater-DF , 2016.38p.

CAVALCANTI, N. T. F, OLIVEIRA S. J, SILVA J. C. A, FARIAS M. E. A.C, CAVALCANTI R. M. F. Mercado de orgânicos no estado da Paraíba: caracterização da produção e grau de consumo da população. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 10, n. 3, may 2016. ISSN 2236-7934.

CAZELLA, A. A.; BURIGO, F. **O processo de constituição dos territórios rurais do cantuquiriguaçu e do Planalto Catarinense**. Florianópolis, MDA/SDT, 2006b, 36p.

CAZELLA, A. A. BONNAL, P. MALUF, R. S. Organizadores Agricultura familiar : **Multifuncionalidade e Desenvolvimento Territorial no Brasil** / - Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CONSELHO BRASILEIRO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA & SUSTENTÁVEL (Brasil) (Comp.). **Panorama do consumo de orgânicos no Brasil 2019**. 2019. Disponível em: <<https://www.organis.org.br/wp-content/uploads/2019/09/PESQUISA-ORGANIS-2019-B3.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO COMPENDIODE ESTUDOS CONAB / **COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO**– v. 1 (2016-). -Brasília: Conab, 2016-IrregularDisponível também em: <<http://www.conab.gov.br>> acesso em: 5 nov. 2019ISSN: 2448-3710

CUNHA, W.A FREITAS, A. F., SALGADO, R. J . S. F et al. Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s.l.], v. 55, n. 3, p.427-444, set. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550301>.

DAROLT, M. R. ; CONSTANTY, H. . Estratégias de Fortalecimento entre Produtores e Consumidores Orgânicos. In: **Fórum Internacional do Complexo Agroindustrial Orgânico e Biotecnologias**, 2008, Curitiba. Complexo Agroindustrial Orgânico. Curitiba-PR : Organica 2008, 2008. p. 44-45.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J.. **Ocupações e rendas rurais no Brasil: uma atualização**. In: IAPAR (Org.). **Ocupações rurais nao agrícolas: anais: oficina de atualização temática**. v. I. Londrina: Iapar, 2000. p. 35-54.

DEL GROSSI, M E.; SILVA, José Graziano. **O novo rural: uma abordagem ilustrada**. Londrina: Iapar, 2002. v I. 53p.

DULLEY, R. D; SOUZA M. C. M; NOVOA .A. Passado, ações presentes e perspectivas à Associação de Agricultura Orgânica (AAO), **São Paulo, Brasil. Informações Econômicas, São Paulo**, v. 30, n. 11, p. 16-23, 2000

FARIA, A.A.C. Ferramentas do diálogo – **qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo** / Andréa Alice da Cunha Faria e Paulo Sérgio Ferreira Neto.– Brasília: MMA; IEB, 2006. 76 p

FRANÇA, C.G . **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil** / Caio Galvão de França; Mauro Eduardo Del Grossi; Vicente P. M. de Azevedo Marques. – Brasília: MDA, 2009.96p

GUMUSCHIAN H. 2002. **Entre forme et sens: le territoire comme objet géographique**. Les entretiens du Pradel. 2ème édition, Académie d’agriculture de France, <www.academie-agriculture.fr>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar – Primeiros Resultados**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2009b.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: notas metodológicas da pesquisa básica Pnad 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

IFOAM - **International Federation of Organic Agriculture Movements**. Disponível em: <<https://www.ifoam.bio/en/about-us>>acesso em 17/10/2019>.

INSA – **Balanço hídrico climatológico para a capacidade de campo de 100mm** – estado da Paraíba / Paulo Roberto Megna Fransisco Raimundo Mainar de Medeiros Djail Santos (organizadores), Campina Grande – PB: EDUFPG, 2018 257 p.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura** / C. A. Khatounian. - Botucatu : Agroecológica, 2001, 345p.

MATTEI, L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): percepções de atores sociais do estado de Santa Catarina. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**, , Fortaleza, Ceará 2007, 45p.

LACERDA TFN, MARQUES PEM Agricultura orgânica, representação territorial e reprodução social da agricultura familiar: os agricultores ecologistas da Encosta da Serra Geral em Santa Catarina. **Ruris** 2: 137-158, 2008.

LIMA, A.B. Assentamento Apasa-PB: **a Agroecologia na construção de novas territorialidades**. 2008 Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba.

LIMA, A.B. **Camponeses e feiras Agroecológicas na Paraíba**. 2017 Tese de Doutorado - Centro de Geografia Humana, Universidade de São Paulo

MARINI, F.S et al. Panorama da certificação de produtos orgânicos no Brasil e dos instrumentos nacionais de garantia da conformidade: uma análise a partir do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. **Gaia Scientia**, [s.l.], v. 10, n. 4, p.574-588, 2016.

MASSUKADO, L.M; BALLA, J.V. Panorama dos cursos e da pesquisa em agroecologia no Brasil. **Com Ciencia**, São Carlos, 10 out. 2016

MALUF, R.S. **O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa**. In: LIMA, D.M.; WILKINSON, J. (Org.) Inovação nas tradições da agricultura familiar. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002, p. 301-328.

MAZOYER, M.; ROUDART. M. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea** Marcel Mazoyer, Laurence Roudart; [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. 568p.: Il

MICHAELIS. 2019. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br>

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR (SAF), Grupo de Trabalho Ater. **“Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Versão Final: 25/05/2004”**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Pnater.pdf> acesso em: junho de 2019

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Controle social. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/internet-MAPA/pagina-inicial/desenvolvimento-sustentavel/orgânicos/regularização-producao-organica-/controle-social-rpo>> . Acesso em: fevereiro de 2019

MOLLARD, A. Qualité et développement territorial: l’hypothèse du panier de biens et de services territorialisés”. **Economie Rurale**, n. 261, p.37-49, janvier-février, 2001.

MORAIS, E.E, de. Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 105, p. 67-88, jan./mar. 2011

MUÑOZ, C. M.G et al. Normativa de Produção Orgânica no Brasil: a percepção dos agricultores familiares do assentamento da Chapadinha, Sobradinho (DF). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s.l.], v. 54, n. 2, p.361-376, jun. 2016.

NARDOTO, G.B. et al. Frozen chicken for wild fish: Nutritional transition in the Brazilian Amazon region determined by carbon and nitrogen stable isotope ratios in fingernails. **American Journal Of Human Biology**, [s.l.], v. 23, n. 5, p.642-650, 31 maio 2011.

NERI, M.C. A Escalada da Desigualdade – **Qual foi o impacto da crise sobre a distribuição de renda e a pobreza?** Rio de Janeiro, 2019.

NEY, M. G., HOFFMANN, R. Desigualdade de renda na agricultura: o efeito da posse da terra. **Economia, Niterói**, v 4, n. 1, 2003.

NOVAES, H; MANZIN, A.D ; SANTOS, L (Org.). **Elementos da história do trabalho associado**. In: VIEITEZ, Candido Giraldez; RI, Neuza Maria dal. Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, Cap. 2. p. 105-129, 2015.

PIANCENTINI, P. Juventude e trabalho no campo: permanência dos jovens no meio rural depende da geração de oportunidades além do trabalho na terra. **Revista Pré Univesp**. n. 61. dez. 2016.

REMY, J. Um caminho sinuoso e semeado de espinhos. Os agricultores franceses: da especialização e intensificação da produção à multifuncionalidade e ao desenvolvimento sustentável. **Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro**, CPDA, v. 12, fasc. 1, p 50, 2005.

RODRIGUES, M.F.F et al. Agricultura orgânica e feira agroecológica como estratégia de complementação de renda em assentamentos rurais da zona da mata paraibana In: **X ENCONTRO DE EXTENSÃO ENEX**, 10., 2008, João Pessoa. Anais... . João Pessoa: Prac, p 10, 2008.

SANTOS, C.F et al. A AGROECOLOGIA COMO PERSPECTIVA DE SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 2, p.33-52, 2014.

SEVILLA G. E, Ottmann G, González de Molina M. **Los marcos conceptuales de la Agroecología. Em Agroecologia: Conceitos e Experiências** (Figueiredo MAB, Lima JRT, orgs.). Recife: Bagaço, pp 101-156, 2006.

SOUZA. J. R. M.. **Resistência e recriação camponesa a partir do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Lagoa Seca-PB**. [Dissertação de Mestrado]. João Pessoa:PPGG/UFPB, 2015.

VASCONCELOS, V. H. R. **Feiras Agroecológicas da Cidade de João Pessoa - PB Caracterização de produtores e consumidores de alimentos orgânicos e sua**

relação com a gastronomia paraibana. 2018. Dissertação (Mestrado) - Curso de Prodepa, Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018, p72.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP.** - Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2010 62 p: il

VIEIRA, D. F. A. VIANA, Carla A. dos S. **O programa de aquisição de alimentos –PAA e sua relação com o modo de funcionamento da agricultura familiar.** Disponível em:<<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/98d489686768a24d24fa7f0d.pdf>> Acesso em: 13 de nov de 2019.

VIEITEZ, C, G; DAL RI, M,N; Elementos da história do trabalho associado in: NOVAES, H. MAZIN, A, D. SANTOS, L. (Organizadores). **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia.** 406p, 2015.

VILELA, G. F et al. Agricultura orgânica no Brasil: um estudo sobre o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos /– Campinas: **Embrapa Territorial**, 2019.20 p.: il. ; (Documentos / Embrapa Territorial, ISSN 0103-7811; 127).

ANEXO A

Roteiro entrevista semi-estruturada:

Nome:

Idade:

Naturalidade:

Origem da família:

Profissão:

Número membros da família:

ECONOMIA:

1. Qual renda mensal da família? Do homem? Da mulher? Do filho(s)?
2. Renda mudou após entrada na OCS? Porquê? Como era antes da OCS?
3. Parte da renda provém de atividade não agrícola? Se sim qual atividade e qual valor
4. Parte da renda provém de algum programa social? Aposentadoria? Bolsa? Se sim qual valor
5. Da renda proveniente de atividades agrícolas, quais são os canais de comercialização? Se mais de um, qual valor médio obtido por local? (ex: feira, atravessador, mercado, PNAE, PAA, etc)
6. Quem da família tem como função administrar as questões econômicas? (Quem cuida do \$\$)
7. Conta em banco? Crédito? Quanto? Quando?
8. Qual os gastos da casa? (contas, gasolina, alimento)
9. Qual gasto no cultivo?
10. O que deixa de comprar pois produz ou realiza trocas?

PRODUTIVAS:

1. Quem da família é responsável pela produção (como principal função)?
2. Qual “carro chefe” na produção? 1,2,3,4,5....
3. Qual a quantidade mensal produzida dos 3 a 5 principais cultivos?
4. Atualmente, qual principal dificuldade na produção?
5. O que compram para manter a produção/produtividade? E o que produzem para manter a produção/produtividade (insumos em geral: compostagem, esterco, inseticidas naturais, pó de rochas, adubos orgânicos, palhada, sementes, mudas, biofertilizantes, etc)
6. Realiza o processamento de algum tipo de produto?
7. Faz parte de cooperativa?

RECURSOS NATURAIS:

1. Qual o tamanho da área preservada, quanto representa do total?
2. Já aconteceu alguma mudança nessa área? No sentido de aumentar ou diminuir?
3. Alguma coisa mudou em relação a preservação ambiental depois de entrar na OCS?
4. Já utilizou agrotóxico? Se sim, qual foi a alternativa que encontrou para não precisar usar?
5. O que os vizinhos (casa/lote) pensam e falam sobre a produção orgânica?
6. Já influenciou algum outro agricultor(a) a produzir de maneira orgânica?
7. Como foi que começou a produzir orgânico? Recebeu alguma influência de outros agricultores? Se sim como foi?

PERGUNTAS EXTRAS:

1. Como decidiu entrar na OCS? Quanto tempo participa?
2. Quais principais mudanças após a OCS? (ex: economia, autonomia, participação, diversificação...)
3. Quais principais vantagens e desvantagens em participar de uma OCS (seu ponto de vista)
4. O que você considera como função social da família agricultora?
5. Já recebeu algum incentivo, do estado ou da iniciativa privada, no desenvolvimento da atividade que realiza?
6. Como se vê daqui a 5-10 anos?
7. Faz parte de algum movimento social

ANEXO B

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS AGROECOLÓGICOS DO LITORAL PARAIBANO – ECOSUL PARAIBANO

CAPÍTULO I

Da Denominação e Finalidades

Artigo 1º - A Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do litoral Sul Paraibano é uma

organização dos agricultores e agricultoras (as) agroecológicos (as) dos assentamentos: APASA, Sede Velha (Pitimbú), Dona Antônia (Conde), de sua produção e de escoamento de seus produtos.

Artigo 2º - A EcoSul se constitui como uma organização de princípios educativos, de integração e cooperação de economia solidária.

Artigo 3º - A EcoSul é uma sociedade civil de duração indeterminada, com sede no Assentamento APASA, e foro em Caaporã.

CAPÍTULO II

Dos objetivos

Artigo 4º - São objetivos da EcoSul.

- a) Unir os agricultores (as) agroecológicos (as) dos assentamentos mencionados no **artigo 1º**;
- b) Garantir a produção orgânica e agroecológica dos (as) agricultores (as) associados (as);
- c) Fortalecer a autogestão dos (as) associados (as) pela organização, administração e escoamento de seus produtos;
- d) Criar novos canais para escoar a produção orgânica e agroecológica dos agricultores e agricultoras associados (as);
- e) Intermediar o escoamento dos produtos orgânicos e ecológicos exclusivamente dos (as) seus (suas)

sócios (as);

f) Favorecer a elaboração de projetos para beneficiar esta associação;

g) Promover a formação e capacitação de temáticas afins desta associação;

h) Solicitar assessorias necessárias para as ações eminentes dessa associação, através de parcerias, convênios com organismos governamentais ou não governamentais ou de remuneração com recursos próprios;

i) Garantir os serviços técnicos especializados em produção orgânica e agroecologia, para o acompanhamento dos (as) agricultores(as)-sócios(as), através de parcerias, convênios com organismos governamentais ou não governamentais ou com recursos próprios;

j) Promover eventos de confraternização entre os (as) sócios (as) e seus convidados(as).

k) Administrar os bens da associação;

CAPÍTULO III

Dos (as) sócios (as)

Artigo 5º - São considerados sócios (as) desta associação exclusivamente os (as) agricultores (as) que pratiquem

agroecologia dos assentamentos rurais do Litoral Sul paraibano dos assentamentos: APASA, Sede Velha

(Pitimbú), Dona Antônia (Conde).

& 1º - É assegurado aos sócios (as) que estão em dia com suas obrigações, assim definidas no regimento interno,

participar da assembléia geral desta associação com direito a voz e voto.

& 2º - Para admissão ou exclusão dos (as) sócios (as) deverá ser convocada assembléia geral que se instalará com a presença da maioria simples (50% +1) dos (as) sócios (as) com as contribuições atualizadas;

195

& 3º - A admissão ou exclusão dos (as) sócios (as) exigirá a aprovação da maioria simples (50% + 1);

& 4º - Direitos e deveres dos (as) sócios(as):

a) Participar ativamente das assembléias gerais e de todas atividades promovidas por essa associação;

b) Votar e ser votado (a);

c) Deixar de ser sócio (a);

d) Ser excluído pela assembléia geral quando agir contrariamente aos interesses desta associação
ou

deixar de pagar a contribuição no período de até 90 dias;

e) Cumprir o regimento interno.

f) Contribuir com a mensalidade

CAPÍTULO IV

Da Organização e administração

Artigo 6º - As instâncias da **EcoSul** Paraibano são:

a) Assembléia Geral;

b) Coordenação executiva;

c) Conselho Fiscal;

d) Comissão de Ética.

Seção I

Da Assembléia Geral

Artigo 7º - A *assembléia geral* é soberana. Consiste na reunião de seus sócios em pleno gozo de seus direitos, convocada e instalada de forma estatutária, ordinária ou extraordinária a fim de deliberar sobre:

a) Eleger os membros da coordenação executiva, conselho fiscal e conselho de ética;

b) Discutir e aprovar os relatório de atividades e os financeiros apresentados pela coordenação executiva;

c) Fazer reformas estatutárias;

d) Aprovar o regimento interno;

e) Admitir e demitir sócios (as);

f) Discutir propostas de projetos financeiros de órgãos governamentais e não governamentais;

g) Decidir sobre comercialização de quaisquer bens da associação;

h) Fixar o valor da contribuição mensal dos (as) sócios (as);

i) Cassar o mandato de membros da coordenação executiva, do conselho fiscal e do conselho de ética,

caso contrariem os objetivos da Associação, realizando-se imediatamente uma nova eleição para a

substituição;

j) Decidir sobre os pedidos de apoio a outras lutas afins;

k) Aprovar a dissolução da associação, desde que não restem menos de 10 pessoas.

& 1º - A assembléia geral realizar-se-á extraordinariamente e quando convocada pela coordenação executiva ou

pela maioria simples dos (as) sócios (as).

& 2º - A assembléia geral, reunir-se-á, em primeira convocação, com a presença mínima de maioria simples, em segunda convocação, uma hora depois, presentes, no mínimo um terço de seus membros, e suas deliberações

serão válidas quando aprovadas pela maioria absoluta dos (as) legitimamente votantes.

& 3º - Só tem direito ao voto e a ser votado em assembléia geral os (as) sócios (as) que estão em dia com a contribuição mensal e que são sócios (as) por mais de seis meses, isso no caso dos(as) sócios(as) efetivos(as).

SEÇÃO II

Da Coordenação executiva

196

Artigo 8º - A Coordenação executiva é composta do (a) Coordenador (a) Executivo (a), Vice-Coordenador (a)

Executivo (a), do (a) Coordenador (a) Secretário (a), do Coodenador (a) Tesoureiro (a), para um mandato de 2

(dois) anos, permitida uma única reeleição sucessiva.

Artigo 9º - Compete a Coordenação executiva:

a) Convocar e presidir as assembléias gerais, conforme o estatuto e regimento interno;

b) Representar a Associação junto a outras entidades;

c) Submeter a cada assembléia geral o relatório das atas, planos de atividades, prestação de contas e

balancete anual;

Artigo 10º - Compete ao Coordenador (a) Executivo (a):

a) Convocar e presidir as Assembléias Gerais, na forma do Estatuto e Regimento;

b) Convocar e presidir as reuniões do conselho executivo;

c) Representar ativa, passiva, judicial e extra judicialmente a **EcoSul** Paraibano;

d) Representar a Associação junta a outras entidades;
 e) Movimentar, juntamente com o (a) tesoureiro(a) e o (a) secretário (a) as contas bancárias da EcoSul e substabelecer para este fim;
 f) Praticar todos os atos de interesse da EcoSul Paraibano que não contrariem o Estatuto;
 g) Substabelecer procurações para os devidos serviços bancários, de convênios e contratos que sejam de interesse da EcoSul Paraibano.

Artigo 11 ° O (a) Vice-Coordenador (a) Executivo (a) substitui o Coordenador (a) Executivo (a) em sua ausência, impedimento temporário, ou vacância do cargo.

Artigo 12 ° - Compete ao Coordenador (a) Secretário (a):

a) Secretariar as reuniões da Coordenação Executiva e da Assembléia Geral;

b) Manter sob sua responsabilidade os livros e documentos da EcoSul Paraibano;

c) Assinar conjuntamente com o coordenador (a) executivo (a) e o coordenador (a) tesoureiro (a) os cheques da EcoSul Paraibano;

d) Substituir o (a) vice-coordenador (a) executivo (a) em sua ausência ou impedimento temporário;

e) Na ausência do coordenador (a) secretário (a), a assembléia indicará um de seus membros.

Artigo 13 ° - Compete ao Coordenador (a) Tesoureiro (a):

a) Ter sob sua responsabilidade os valores e bens da EcoSul Paraibano, como também os documentos financeiros e contábeis;

b) Receber e efetuar pagamentos;

c) Apresentar a Assembléia Geral a prestação de contas da EcoSul mensalmente;

d) Movimentar a conta e assinar conjuntamente com o coordenador (a) executivo (a) e o (a) coordenador (a) secretário (a) os cheques da EcoSul Paraibano;

SEÇÃO III

Do Conselho Fiscal

Artigo 14 ° - O Conselho Fiscal é composto de três sócios (as) e, eleitos (as) pela Assembléia Geral, para um mandato de 02 (dois) anos, permitindo-se uma única reeleição sucessiva.

Artigo 15 ° - Compete ao Conselho Fiscal:

a) Fiscalizar a aplicação dos recursos orçamentários;

b) Dar parecer anual sobre os relatórios financeiros e contábeis, balancete e investimentos;

c) Opinar sobre as operações realizadas de compra e venda de patrimônio.

SEÇÃO IV

Do Conselho de Ética

Artigo 16 ° - O Conselho de Ética é composto de três sócios (as), eleitos (as) pela Assembléia Geral, para um

mandato de 02 (dois) anos, permitindo-se uma única reeleição sucessiva.

197

Artigo 17 ° - Compete ao Conselho de Ética:

a) Zelar pelos princípios da produção orgânica, agroecologia e pelo respeito interpessoal e outros;
 b) Informar a Coordenação Executiva sobre questões ocorridas e constatadas para que seja aplicada as medidas devidas de acordo com o regimento interno.

c) Zelar pelo cumprimento do regimento interno

CAPÍTULO V

Das Eleições

Artigo 18 ° - As eleições da Coordenação Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Ética serão realizadas em assembleias geral ordinária ou extraordinária, convocada para esse objetivo com a presença de todos (as) os candidatos (as) dos diversos cargos. A eleição será secreta, de acordo com decisão em assembleia geral e estarão eleitos os (as) candidatos (as) com maior número de votos, conforme previstos no artigo 7° & 2°.

& 1° - O local e hora das eleições serão definidos em edital de convocação.

& 2° - As eleições serão realizadas de 10 ou 15 dias antes do fim do mandato, da coordenação anterior e a posse

dos (as) eleitos (as), será no último dia do mandato da coordenação anterior.

CAPÍTULO VI

Do Patrimônio e Dissolução

Artigo 19 ° - Os recursos financeiros necessários à manutenção da EcoSul Paraibano serão obtidos:

a) Por convênios e/ ou contratos com órgãos e entidades governamentais ou instituições privadas para

desenvolvimento e/ ou execução de projetos nas áreas específicas de sua atuação;

b) Por contribuições de 5% dos produtos comercializados na feira agroecológica dos sócios agricultores;

c) Por doações, legados e heranças de pessoas físicas e jurídicas, privadas ou públicas nacionais ou

estrangeiras, destinados a apoiar as atividades da EcoSul Paraibano;

Artigo 20 ° - O patrimônio da EcoSul Paraibano será formado pelos seguintes bens:

a) Por 15 barracas (de estrutura de ferro e lona) para a feira agroecológica;

b) Outros bens a serem adquiridos por compras ou doações;

c) A renda de seus bens e serviços;

e) Três Balanças, capacidade de 15 Kg.

Artigo 21 ° - A EcoSul Paraibano somente poderá ser dissolvida quando não mais houver condições de cumprir suas finalidades, por proposta da Coordenação Executiva ou da maioria absoluta dos seus sócios, desde por maioria simples dos seus membros, em Assembléia Geral especialmente convocada para este fim.

Artigo 22 ° - Em caso de dissolução da EcoSul Paraibano, seu patrimônio líquido será vendido e dividido

igualmente entre seus sócios (as) ou destinado as entidades congêneres, que tenham a mesma finalidade

institucional, com registro em cartório.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais

Artigo 23 ° - A Particularização e complementação dos dispositivos do presente Estatuto são feitas por um

Regimento Interno, cujas normas não podem contrariar nem revogar algo determinado neste Estatuto.

Artigo 24 ° - A EcoSul Paraibano não responde por nenhuma forma, nem sequer subsidiariamente, por

compromissos e obrigações de entidades congêneres, nem estas pelos compromissos e obrigações da EcoSul

Paraibano.

198

Artigo 25 ° - A EcoSul Paraibano aplicará integralmente suas rendas, seus recursos e eventual resultado

operacional, na manutenção de seus objetivos institucionais no território nacional.

Artigo 26 ° - A EcoSul Paraibano não remunerará, por qualquer forma, os cargos de Conselho Diretor e do Conselho Fiscal, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas por este Estatuto.

Artigo 27 ° - A EcoSul Paraibano através de seus sócios (as) se compromete a repor os dias de serviços doados a associação dos (as) coordenadores (as) executivos (as), quando esses (as) forem designados (as) para representação desta, quando esses ultrapassarem dois dias consecutivos, com pagamento em serviços prestados por seus sócios (as), em suas áreas de trabalho, ou de outra forma decidida em assembléia.

Artigo 28 ° - Os dispositivos do presente Estatuto só poderão ser alterados pela Assembléia Geral, para isso convocada, mediante aprovação de maioria simples dos presentes com direito a voto, obedecido ao disposto no

Art. 7 °, alínea c.

Artigo 29 ° - Os casos omissos nesse estatuto serão decididos no âmbito da assembléia geral.

Artigo 30 ° - O presente Estatuto foi aprovado pela Assembléia-Geral em 25 de Abril de 2005, entrará em vigor na data do seu registro no Cartório competente.